



NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS ARARAQUARENSES: EXPERIENCIA E ORGANIZAÇÃO¹

Maria Aparecida Silva² (UFC)

Introdução

O presente artigo propõe dar visibilidade a um grupo de mulheres negras que dedicaram num período de suas vidas a desenvolver e organizar atividades para afrodescendentes. Este foi o sentido encontrado para evidenciá-las, uma forma de reconhecimento pela contribuição de formação em nível individual e coletivo de uma geração. Neste sentido é que tomamos as décadas de 80, 90 e 2000 para apresentar a trajetória de mulheres negras a partir dos vários elementos de sua constituição enquanto ser humano, como sua sociabilidade, sua formação e seu envolvimento para mudança social junto ao grupo de maioria negra.

Ao longo de seu processo de socialização as mulheres negras vem criando estratégias de sobrevivência diante do racismo para se defenderem nos espaços que se faz presente como na escola, no trabalho e lazer. Esta construção se faz mediante o que está colocado no inconsciente coletivo da sociedade de que o negro é inferior.

Na realidade, a história do negro no Brasil é reconhecidamente marcada por sociabilidades perversas em níveis social, econômico e político. Em todos os níveis, as relações de convívio na sociedade tornam-se problemáticas na medida em que não se tem explícito qual é o pertencimento real do negro nessa sociedade, já que sua posição real está “camuflada” pela democracia racial.

Na sociedade brasileira, a população negra é o grupo que “tem sido, ao longo de nossa história, a maior vítima da profunda desigualdade racial vigente em nossa sociedade”. (Castro, s/d. p. 5) e quem mais sofre são, certamente, as mulheres negras. Sua expectativa de vida é cinco anos menor que a da mulher branca. Sua renda per capita mensal é de 0,76 SM. É o que faz com que a

¹O artigo aqui apresentado é parte de uma investigação em andamento do Doutorado em Educação Brasileira na Universidade Federal de Ceará.

² Membro do movimento social negro brasileiro; educadora; pesquisadora da área de sociologia e educação e relações étnico-raciais. Graduação em Ciências Sociais Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/FCLCAR . Atualmente Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará- Faculdade de Educação/FACED-UFC. Núcleo de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Linha Teórica: Sóciopoética, Relações Interétnicas e Cultura, onde desenvolve pesquisa sobre mulher negra. Email: marici_ufc@yahoo.com.br



diferença entre sua remuneração e a remuneração média de um homem branco atinja a média de 295% (Santanna & Paixão & Alexandre, 2000, p. 17).

Os domicílios chefiados por elas – 34,2% do total de mulheres negras – “são os mais pobres, além de terem aumentado mais do que aqueles chefiados por mulheres brancas”. (Castro, s/d., p. 8). No que se refere à saúde, as pesquisas também apontam “diferenças entre negros, pardos e brancos nas taxas de mortalidade, nupcialidade, fecundidade, nas questões que envolvem as práticas de amamentação, na prevalência de doenças como hipertensão arterial, anemia falciforme e diabetes” (Batista, 1996, p. 3)³.

De fato, na falta de informações, atendimento digno, e uma política que leve em consideração as doenças que a afetam especificamente a população de mulheres negras se confronta também, na área da saúde, com a discriminação. Da mesma forma, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 1990 revelou que 54,3% das pretas e 51,8% das pardas têm menos de três anos de estudo (Castro, 1999, p. 16)⁴. Em direção semelhante, das 32,2% mulheres ocupadas, apenas 7,2% das mulheres negras (pretas e pardas) exercem ocupações de nível superior (profissionais liberais, executivas, etc.) As outras 33,4% desenvolvem atividades de prestação de serviços em escritórios e indústrias, funções para as quais não necessitam de nível superior. No campo manual, no entanto, “que compreende basicamente o serviço doméstico, a presença da mulher negra é marcante: 59,4%” (Castro, s/d, p. 7)

Marcadas pelo estigma da escravidão, à elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesa, além das diferenças de gênero, também as de raça. O que observamos é que com papéis sociais “naturalmente” definidos como adequados, os nexos explicativos da condição da mulher negra remetem, primeiramente à sua condição de escrava.

Sobre elas recam tanto as representações em relação o uso de seu corpo enquanto objeto sexual como aquelas que o vêm adequado ao trabalho doméstico. Representações que dificilmente poderiam ser explicadas historicamente sem que consideremos “a condição de propriedade privada da mulher na sociedade patriarcal”. Uma condição que “explicaria a lógica determinante da opressão específica da escrava” (GIACOMINI, 1988, p.66)⁵.

³BATISTA, L.E. *A mulheres negras e a informação em saúde reprodutiva: um estudo de caso. Araraquara*, [s.n], 1996. Mimeografado.

⁴CASTRO, L.M.X. *Mulheres negras e direitos humanos no Brasil*. [s]: s.n, [1999]

⁵GIACOMINI, S.M. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988, p.66.



Além de estarem em posição inferior na pirâmide social, as mulheres negras tem que arcar com o ônus de terem seus corpos, a sedimentação de um estereótipo. De fato, vista em sua forma estereotipada, a mulher negra é corpo, carne, sedução. É expressão do pecado.

Em *Casa Grande e Senzala* (Freyre, 1958)⁶, a mulher negra é percebida na ótica do senhor da casa grande, o homem branco, e simboliza o desejo, o prazer, à disposição do senhor de pertences, do senhor dos corpos, do senhor da pele da mulher escrava. O lugar dessa mulher é uma casa que não existe, sua função, reduzida a de um bem, seu ser, responsável pelos ataques sexuais aos quais era submetida. Isso sinaliza uma dominação masculina carregada de especificidade, na medida em que acrescenta ao viés de gênero, o de uma raça que existe para servir.

Além de mostrar que as desigualdades entre os sexos situam as mulheres em posições inferiores às ocupadas pelos homens, a dominação masculina acrescenta outra imposição que está relacionada ao sexo. Conforme Lopes e Waldow:

Um dos maiores efeitos desta imposição do funcionamento da dominação simbólica é a imposição de uma certa representação dos órgãos sexuais, uma construção social das diferenças anatômicas visíveis. O mundo social constrói esta diferença anatômica, e esta diferença anatômica socialmente construída se torna o fundamento da diferença social que a fundamenta. Dito de outra forma, existe uma inversão de causas e de efeitos.⁷

Sabemos que cada uma das situações expressas através das formas de exclusão social alimentam e são alimentadas por uma certa compreensão do que são as mulheres negras. É um pressuposto teórico de nossa investigação o fato de que estarmos lidando com imagens estereotipadas que absorvem o feminino, a raça, como verdadeiros estigmas.

São imagens cuja eficácia virtual está ligada a dois fatores de fundo. Por um lado, por que são representações “construídas a partir de elementos de um imaginário que está aí, disponível”. Por outro, por remontarem, de alguma forma, ao corpo do estigmatizado: a categorização social conta com o fato do indivíduo não poder deixar de carregar a atributo que o torna estigmatizado.⁸

A estatísticas apontam as desvantagens à mulher negra; reservam apenas as piores tarefas e, conseqüentemente, um salário nada digno de seus esforços. No cotidiano, a pouca escolaridade e o quesito discriminatório da “boa aparência” construído na sociedade como elemento de coerção, impacto e retração da mulher negra, impossibilitam uma ocupação-trabalho de valor. Ser mulher negra no Brasil, representa ou resignação frente a uma realidade que impossibilita o futuro ou luta, resistência, indignação, dor, emoção, contra a constante discriminação racial e sexual.

⁶FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

⁷LOPES, M. J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.) *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.31-2.

⁸SANTOS FILHO, J. Dos R. *O estigma da AIDS e os direitos*. In: SCAVONE, L. (Org.) *Saúde e Sociedade*. Araraquara: Facile, 1993, p. 74-84.



No terreno dos embates pela cidadania, não é gratuito que os movimentos sociais tenham preocupado em denunciar situações de violência e discriminação contra as mulheres negras. Nos dias de hoje, não são poucos os grupos, as organizações governamentais e, mesmo, instituições do poder público que denunciam o fato de estarmos lidando com o segmento social que “tem sido, ao longo de sua história, a maior vítima da profunda desigualdade racial vigente em nossa sociedade” (Castro, s/d. p.5).

Neste contexto, a reprodução da ideologia de gênero que se tornou intrínseco ao pensamento social, definindo os papéis sociais de homens e mulheres reforça as desigualdades que encaminha à dominação e as diferenças sociais internas às classes, que são percebidos nas diferenças dos indicadores de empregabilidade e o baixo grau de instrução oferecidos às mulheres, em comparação aos homens.

Se a categoria gênero traz à tona o que de relacional há entre o masculino e o feminino; se a mulher deixa de ser observada isoladamente e passa a ser compreendida como participante de um tecido social em que interage com o homem; se o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ele é também “o primeiro modo de dar significado as relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 7)⁹. Na verdade em se tratando das mulheres negras talvez fosse mais indicado dizer ser o gênero um primeiro modo, já que dificilmente a cor da pele poderá ser abstraída.

Em síntese, atribui-se às relações de gênero um caráter sócio-cultural, pois legitima e edificam as relações sociais, articuladas pelo poder, através de símbolos, metáforas que formulam subjetivamente o ser masculino e o ser feminino. Nessa construção subjetiva, o indivíduo estabelece representações acerca dos papéis do homem e da mulher, inicialmente na família, mas, também, na escola e, ao entrar em contato com o sistema simbólico, o incorpora, contribuindo para a sua disseminação entre os demais indivíduos e instituições sociais.

Diante desta afirmativa e contrariando as estatísticas, as mulheres negras araraquarenses no decorrer de sua trajetória constrói outra história que fortalece sua identidade através da construção marcante de sua sociabilidade.

O processo de socialização de mulheres negras começa quando esta ingressa na escola e não é algo tranqüilo, pois é um espaço onde as relações estão permeadas por um conjunto de elementos que tem a finalidade de uniformizar, homogeneizar, padronizar comportamentos, atitudes e oportunidades.

⁹SCOTT, J. Gênero: *uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e realidade. Porto Alegre: 1990, n.2, jul/dez. v.16.



A presença marcante de situações de constrangimentos e discriminações vivenciados no espaço da escola por negras (os) é uma constante e para a mulher negra um complicador que se concentra na percepção da diferença alicerçada nos estereótipos atribuídos.

Ao longo de seu processo de socialização as mulheres negras vem criando estratégias de sobrevivência diante do racismo para se defenderem nos espaços que se faz presente como na escola, no trabalho e lazer. Esta construção se faz mediante o que esta colocado no inconsciente coletivo da sociedade de que o negro é inferior.

Na realidade, a história do negro no Brasil é reconhecidamente marcada por sociabilidades perversas em níveis social, econômico e político. Em todos os níveis, as relações de convívio na sociedade tornam-se problemáticas na medida em que não se tem explícito qual é o pertencimento real do negro nessa sociedade, já que sua posição real está “camuflada” pela democracia racial.

A mulheres negras araraquarense não deixaram de estar a frente de questões relacionadas a população negra. Demarcam alguns espaços de fundamental importância para seu convívio e crescimento pessoal. Cada lugar tem uma representatividade de sentimentos.

Os lugares-espacos narrados por elas perpassam sua juventude até à maturidade. Alguns se mantem com uma certa fidelidade, podemos dizer que por um lado, é uma relação de apropriação geográfica na medida que é um local de referencia para os encontros e por outro, um espaço identitário por ser freqüentado por uma maioria de afrodescendente que é identificado de geração à geração.

São espaços apresentados por elas como de sociabilidades, revestidos de símbolos e significados. Segundo seus depoimentos¹⁰ :

“da juventude até a fase adulta eu freqüentava a Academia do Samba, eu gostava de mais de ir na Academia com meu grupo e tinha muitas festinhas em casa, nas casas de família como a gente falava; então resolvia fazer uma brincadeira cada um levava alguma coisa, um prato de salgado, um refrigerante e tal e a gente dançava domingo o dia todo; o que a gente queria era saber de tá dançando. Hoje eu descobri que a dança não é apenas uma expressão do corpo é um lance muito forte que envolve outros aspectos além do corpo; a minha família freqüentava o Baile do Carmo meu pai participava da comissão, da estrutura, ai eu ainda hoje tenho que ir pelo menos no sábado no Baile do Carmo ”

“freqüentava muito a Academia do Samba que era um espaço maravilhoso que nós íamos no domingo encontrar o pessoal pra dançar; nunca esqueço um concurso que teve de “dancing days” de discoteca nós participamos do concurso de dança e ganhamos o concurso de dança e foi muito divertido; atualmente tem muito Baile do Carmo, onde se reúne todo o pessoal que vem de fora, quando ele faz domingueira no Vinte Dois e também quando meu irmão faz feijoada o pessoal se reúne também.”

“ freqüentava a partir dos doze anos a Academia do Samba e escola de samba Anjos da Vila que meu tio era presidente. O anjos da vila que eu saia todo ano saí até a última vez que a escola desfilou. Participo às vezes do Baile alguns anos participei do Baile, fui jurada no Baile do Carmo, o baile de gala.”

¹⁰As mulheres negras entrevistadas não serão identificadas, estou apenas considerando suas falas.



“na minha juventude era o Tobias Barreto de Menezes, um clube em frente à praça matriz que era referencia de Black music, de samba de resgate de nossas origens mesmo e tinha também o bar do Agenor num certo período e do Jordão que era onde toda a negrada se reunia pra samba mesmo que foi os meus primeiros contatos ai, já bem nova entrando no âmbito do que era a nossa cultura.”

Estes depoimentos tem como base uma identidade reafirmado pela afirmativa do orgulho de ser negro. Este tem sido o motivo que as conduz ao envolvimento nas várias atividades culturais e políticas para uma maioria de afrodescendentes. Neste sentido, cabe a pergunta; porque esta afirmativa teve o poder de redimensionar entre esta mulheres negras a capacidade de uma releitura do cotidiano que permitiu a visualização de um modo de vida pautado na participação coletiva que passa pelo resgate do nossos ancestrais?

Faz-se necessário pensar que esta afirmativa primeiramente tem um vínculo com a família, pois é ela que sinaliza os enfrentamento às discriminações, preconceitos e racismo presente no cotidiano. E alicerçada também nas brincadeiras dançante nas casas de famílias, nos clubes de negros e nas escolas de samba; locais de encontros com negros de vários bairros da cidade e região, espaço inscrito na expressão da negritude. E de maneira mais ampliado na participação do movimento social negro que é o embrião no fortalecimento da consciência negra ; este é o respaldo à identidade.

Cada uma delas tem seu grau de representatividade junto aos afrodescendentes e no decorrer de suas narrativas vão demarcando como cada lembrança de sua atuação estão em suas memórias guardadas com um sentimento de prazer, de conquista por se encontrar em um estado de superação às discriminações e ter podido construir um alicerce identitário que percorreu várias discussões tendo como pauta a seguinte questão: O que é ser negro neste país?

O norte de como lidar com o racismo indicado por estas mulheres negras em suas trajetórias individuais e coletivas foi adquirida em cada experiencia vivida no seio da família e que extrapola para militância negra , que para algumas tem inicio precisamente fim da década de 70, já para outras década de 90 do século passado.

Essas mulheres são oriundas de família pobre, trabalhadoras, sem escolaridade, que ofereceram uma educação familiar com base à consciência racial e que objetivavam uma situação econômica que permitisse maior mobilidade social aos seus filhos. A família se apresenta para elas como a grande e mais importante referencia para que são hoje, pois é o suporte de sua formação, grandes incentivadores. Neste momento a família toma à cena para justificar sua importância:

“... pessoas que são a base pra condução da vida de gente sempre é a base familiar, os pais, os avós, irmãos; minha casa era assim uma base matriarcal, tava centrada na minha avós ela era na realidade quem conseguia dominar as pessoas em torno dela então a casa era assim o núcleo familiar muito grande, costumava falar que a família em casa tinha dezessete pessoas embora fossemos o pai e a mãe e quatro filhos nós nunca vivemos em



seis pessoas né; nós éramos o total de dezessete pessoas em casa então minha avó que era uma figura muito forte, meu pai e a madrinha que mora com a gente. Então essas figuras foram muito importantes na formação de todos e todas aquelas pessoas que habitavam ali; era uma fonte de informação inesgotável construindo uma micro sociedade ali, era a possibilidade de compartilhar, de solidariedade, de apoio e viver aquilo e tendo todas as experiências de conhecer as mais diversas personalidades que chegavam; que era muito muito louco assim tinha gente de todo o jeito.”

É importante ressaltar que as experiências dessas mulheres negras às conduz ao ativismo que tem no movimento social negro, que perpassa as décadas de 80, 90 e 2000. Isto irá possibilitar maior conhecimento das questões étnico raciais ampliando o universo de atuação. No elenco das lembranças, traz a tona os seguintes relatos de sua inserção no movimento social negro enquanto referencia:

“ eu acredito que ainda na final dos anos setenta eu entro numa fase na minha vida em que comecei a participar das discussões de temática racial; final dos anos setenta a gente começou com um grupo aqui em Araraquara, um grupo de divulgação da arte e cultura negra. Houve uma influencia grande do que já estava acontecendo na capital, porque meu irmão trazia a discussão aqui pra Araraquara, então ai que nós começamos a formar o grupo e discutir de forma mais profunda a cultura negra. Toda esta discussão culmina com o primeiro FECONEZU.”

“o grupo GANA que nós tínhamos aqui em Araraquara, isso me marcou muito sabe? O GANA, nessa organização do primeiro FECONEZU.”

“pra uma vida enquanto militante do movimento negro acredito que seja o FECONEZU o ápice onde comecei a frequentar as reuniões comecei a ver as atividades que eram fora de Araraquara, ter uma outra vertente que eu não conseguia ver só no âmbito familiar; então era ouvir outros negros, ouvir outras histórias nas quais eu me identificava muito e ver que as histórias se cruzam sempre. O FECONEZU neste ponto foi fundamental como espelho no sentido de me concretizar como negra de fato, me espelhando, me identificando com essa questão racial.”

O engajamento política destas mulheres negras proporcionou sua formação, são experiências que demarca trajetória de lutas e resistência na superação do racismo e das discriminações.

Esta abordagem teve a intenção de mostrar como mulheres negras araraquarenses foram se construindo enquanto liderança e desenvolvendo junto a seus pares estratégias de sobrevivência ao racismo.

As suas experiências apontam à possibilidade de caminhos de atuação de resistência com objetivos e disposição para a mudança social para as mesmas e outras mulheres negras.

Referencias

CASTRO, L.M.X. Mulheres negras e direitos humanos no Brasil. [s]: s.n, [1999].

BATISTA, L.E. A mulheres negras e a informação em saúde reprodutiva: um estudo de caso. Araraquara, [s.n], 1996. Mimeografado.

GIACOMINI, S.M. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1988, p.66.



FREYRE, G. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

LOPES, M. J; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.) Gênero & Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.31-2.

SANTOS FILHO, J. Dos R. O estigma da AIDS e os direitos. In: SCAVONE, L. (Org.) Saúde e Sociedade. Araraquara: Facile, 1993, p. 74-84.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: _____ Educação e realidade. Porto Alegre: 1990, n.2, jul/dez. v.16.